

AGROBIODIVERSIDADE NOS ESPAÇOS CIRCUNSCRITOS DA CASA: RE-EXISTÊNCIAS CAMPONESAS NO MUNICÍPIO DE ITAPICURU/BA.

Felipe da Fonseca Souza ¹

RESUMO

A territorialização e expansão do agro(hidro)negócio, materializada no uso da terra para produção de mercadorias sob a égide do mercado agroalimentar global, está desenvolvendo expansivamente a exploração da natureza e a redução da agrobiodiversidade a partir do agronegócio monocultor sob a apropriação de grandes extensões de terras em todo o país. Este estudo visa apresentar a prática de cultivos alimentares em quintais produtivos no município de Itapicuru, como experiência de re-existência de comunidades camponesas na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. O que se observa nos quintais e nas pequenas propriedades é fruto das relações de sociabilidade e cultivo da agrobiodiversidade que alimentam e geram renda para as famílias em várias comunidades. Essa estratégia de re-existência não só aponta caminhos de superação e resistência ao modelo dominante, como constitui a resiliência da agricultura e do saber fazer camponês que atuam em caráter heterogêneo e cultivam a diversidade, propondo um modo de vida distante da padronização, preocupado com a sustentabilidade e promotor de uma alimentação adequada a preços justos.

Palavras-chave: Re-existência, Quintais Produtivos, Agrobiodiversidade, Segurança Alimentar e Nutricional.

RESUMEN

La territorialización y expansión de los agro(hidro)negocios, materializada en el uso de la tierra para la producción de bienes bajo el amparo del mercado agroalimentario global, está desarrollando expansivamente la explotación de la naturaleza y la reducción de la agrobiodiversidad a partir de los monocultivos agroindustriales bajo la apropiación de Grandes extensiones de terreno en todo el país. Este estudio tiene como objetivo presentar la práctica de cultivos alimentarios en patios productivos del municipio de Itapicuru, como una experiencia de reexistencia de comunidades campesinas en la promoción de la soberanía y seguridad alimentaria y nutricional.

Lo que se observa en los patios y pequeñas propiedades es resultado de las relaciones sociales y del cultivo de la agrobiodiversidad que alimenta y genera ingresos a las familias de diversas comunidades. Esta estrategia de reexistencia no sólo señala caminos de superación y resistencia al modelo dominante, sino que también constituye la resiliencia de la agricultura y los saberes campesinos que operan con carácter heterogéneo y cultivan la diversidad, proponiendo un modo de vida alejado de la estandarización, preocupados por la sostenibilidad y la promoción de una alimentación adecuada a precios justos.

Palabras clave: Re-existencia, Patios Productivos, Agrobiodiversidad, Seguridad Alimentaria y Nutricional.

¹ Graduação em Geografia, Mestre em Ensino de Ciências Ambientais e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, felipeffs12@gmail.com

INTRODUÇÃO

No espaço rural brasileiro coexistem diferentes sistemas agroalimentares que influenciam diretamente na organização do território, nos modos de vida, nos hábitos alimentares, e principalmente, na reprodução social dos sujeitos através dos impactos na alimentação, uma vez que a fome, mais do que um fenômeno de caráter biológico, é um problema político-social a exigir novas estruturas da sociedade (CASTRO, 2003; MALUF, 2021).

De acordo com o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo”, publicado anualmente pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2019 quase dois bilhões de pessoas restringiram quantitativa e qualitativamente sua alimentação e 687 milhões de pessoas encontravam-se cronicamente desnutridas (FAO, 2020). No Brasil, os dados do Inquérito Nacional de Insegurança Alimentar, divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSAN) em 2022, afirmam que cerca de 33,1 milhões de brasileiros encontram-se em estado de insegurança alimentar grave e cerca de 60 % da população (125,2 milhões), vivem em algum grau de insegurança alimentar (PENSSAN, 2022; RIBEIRO JUNIOR, 2021).

O discurso do mercado agroalimentar global, impulsionado pela revolução verde desde a década de 70, utilizou-se dos preceitos de combate à fome para justificar a sua expansão, principalmente nos países do sul global. Por meio do desenvolvimento de métodos produtivos em larga escala, ocorreu a compressão do tempo e da quantidade de produção de commodities em escala global com uso de insumos e pacotes tecnológicos que trouxeram sérios impactos a reprodução da vida.

Com o avanço da revolução verde no espaço rural brasileiro, o processo de produção de alimentos está vinculado não mais ao valor de uso, mas, prioritariamente ao seu valor de troca. A territorialização e expansão do agro(hidro)negócio, materializada no uso da terra para produção de mercadorias sob a égide do mercado agroalimentar global, está desenvolvendo expansivamente a exploração da natureza e a redução da agrobiodiversidade a partir do agronegócio monocultor sob a apropriação de grandes extensões de terras em todo o país (OLIVEIRA, 1995).

Nos últimos anos, tem se observado a partir de estudos recentes de THOMAZ JÚNIOR (2008), MENDONÇA (2010) e OLIVEIRA e MENEZES (2023), a intensificação da expansão dessa prática em áreas com disponibilidade de água superficial e subterrânea para atender a modernização produtiva demandada pelo modelo agroalimentar global, o

agrohidronegócio. O município de Itapicuru, no agreste da Bahia, tem sido atingido por esse movimento através de fenômenos como a expansão do milho e da soja na área da SEALBA² e a fruticultura irrigada do melão e melancia para exportação (IBGE, 2017). Ainda assim, práticas de produção familiar camponesa nos espaços circunscritos da casa, ancoradas na agrobiodiversidade (SANTILLI, 2009) de cultivos em pequenas propriedades re-existem a esse processo de padronização imputado pelo agronegócio. Comunidades camponesas fundamentadas no modo de vida e na identidade territorial, continuam a cultivar alimentos promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional na região, por meio do autoconsumo e da comercialização em feiras de municípios circunvizinhos.

Este estudo visa apresentar a prática de cultivos alimentares em quintais produtivos no município de Itapicuru, como experiência de re-existencia de comunidades camponesas na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Entende-se que a re-existência camponesa frente ao avanço da monocultura do milho, da soja e da fruticultura irrigada neste ambiente de estudo, sinaliza um importante caminho de resiliência, considerando o direito humano à alimentação, a soberania e segurança alimentar e nutricional e o combate à fome. Além disso, os espaços de cultivos de alimentos saudáveis fundamentado na agricultura de base ecológica, conformam um caminho de superação contra-hegemônico, por meio de um modelo de organização produtiva mais democrática, sustentável, saudável, ética com relação aos animais não-humanos e de melhor qualidade (MENEZES e ALMEIDA, 2020, PORTILHO, 2020).

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos da pesquisa iniciaram-se em seu primeiro momento pautados na revisão bibliográfica, tendo como base textos clássicos da questão agrária, bem como autores contemporâneos que discutem o espaço agrário, os impactos do agrohidronegócio e as implicações socioambientais, bem como a emergência de caminhos de re-existências contra-hegemônicas encontradas nos quintais produtivos e no modo de vida camponês.

² Região composta por parte de três estados do Nordeste (Sergipe, Alagoas e Bahia), denominada de Sealba que, segundo Procópio et. all. (2019), pesquisadores da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, possui grande potencial para a produção agropecuária de sequeiro, principalmente de grãos.

Na sequência, estão sendo coletados dados estatísticos referentes à malha fundiária do município (IBGE, Censo Agropecuário, 1995, 2006 e 2017) e produção agrícola municipal (IBGE, 2015-2020), os quais determinaram uma caracterização da organização do território rural do município e observações de campo. Dentre os dados coletados, constam a historiografia do município, os aspectos demográficos, os elementos edafoclimáticos e econômicos, possibilitando, assim, identificar os cultivos existentes e avaliar a presença dos quintais produtivos como meio re-existência e promoção de uma segurança alimentar e nutricional em comunidades tradicionais.

Vale ressaltar que a pesquisa está em andamento e integra o projeto de tese do pesquisador, seus direcionamentos estão em fase de aprofundamento em estudos empíricos para aplicação de entrevistas semiestruturadas e registro fotográfico, todavia, os apontamentos que a embasam estão presentes na análise de dados oficiais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O avanço do agronegócio no campo brasileiro é uma realidade que não se exprime a um fator isolado, mas ao conjunto de ramificações recentes que, sob novos padrões alimentares, modificaram modos de produzir, de plantar, colher e consumir. Essa estrutura justifica-se no desenvolvimento do modo de produção capitalista, monopolista e mundializado, que atenua uma racionalidade exploratória de modo desigual e contraditório. Sua espacialização narra a problemática inerente a questão agrária no Brasil, que explicita a forma como as sociedades se apropriam do principal bem da natureza, a terra, nos moldes do mercado agroalimentar global reordenando o território (OLIVEIRA, 1995; STÉDILE, 2012).

A terra é mercadoria especial no capitalismo (MARX, 2013), tem preço, mas não tem valor. Para Harvey (2014, p. 70), “não é uma mercadoria no sentido corrente do termo. É uma forma de capital que deriva das expectativas de aluguéis futuros”. No capitalismo, o valor de mercadoria normal é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção (SILVA, 2022).

Considerando os distintos sujeitos existentes no campo e os múltiplos territórios que se constroem por meio da relação com a terra, o campesinato, e seu modo vida, vivendo da terra e do que ela produz (MOURA, 1986), viabiliza resiliências frente a monopolização da terra pelo capital. A posse da terra, por sua vez, é determinante da autonomia do agricultor familiar camponês, da autonomia do seu trabalho e do seu modo de vida. A terra se apresenta, para o camponês, como condição de sobrevivência, de garantia de sua reprodução social, do seu jeito de ser, de viver. A terra é “um meio privilegiado de ganhar a vida”, (MARTINS, 1993) onde,

com o apoio da mão-de-obra familiar, define-se o processo de trabalho camponês (MARTINS, 1995; LOCATEL e HESPANHOL, 2006; SANTOS, 2012).

De acordo com Martins (1995):

A terra não pode ser confundida com o capital; não pode ser analisada em suas consequências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual aquele representado pelos outros meios de produção. Nesse sentido, ocorre em relação à terra o mesmo que ocorre com o capital. Este também não é produto do próprio trabalho, não contém valor. No entanto o capital monopolizando os meios de produção impede que o trabalhador trabalhe por sua conta; só lhe resta trabalhar para o capital. (MARTINS, 1995, p. 160).

As disputas territoriais inerentes ao desenvolvimento do capitalismo por meio do agronegócio no campo constituem a condição de erosão dos cultivos alimentares desenvolvidos pela agricultura familiar camponesa (MENEZES, 2013) e ainda expandindo a dominação sob novas áreas. Conforme aponta Oliveira (1995), o território está em disputa diante da luta dos camponeses e a apropriação da terra pelos capitalistas, todavia, só podemos entender o campesinato e o latifúndio dentro do sistema capitalista, pois este cria e recria relações capitalistas e não capitalistas.

De acordo com Oliveira (1995):

O processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra (OLIVEIRA, 1995, p. 12).

O mesmo autor ainda destaca que esse mesmo capital corrobora o desenvolvimento das relações camponesas, ainda que de modo articulado e contraditório. Isso porque, para se reproduzir, o capital precisa da submissão da força de trabalho dos homens e mulheres do campo, que, pelo viés do trabalho na terra, recriam seus modos de existir e resistir em seus espaços de vida, e, ao fazer isso, no limite, alimentam o capital. Trata-se do que Oliveira (2007) denomina exploração, sem que ocorra, necessariamente, expropriação dos trabalhadores.

Para Porto-Gonçalves (2013):

Não será difícil, no interior de uma sociedade com esses fundamentos, confundir a riqueza, com sua expressão monetária, com as gravíssimas consequências ambientais já assinaladas. Ao mesmo tempo, a outras dimensões importantes para o desafio ambiental e que são específicas da relação com a natureza estabelecida pelas sociedades capitalistas: (1) Separa-se quem produz de quem consome (quem produz não é proprietário do produto) e: (2) a produção não se destina para o consumo direto dos produtores, (3) assim como o lugar que produz não é necessariamente o lugar de destino da produção (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 289).

Pompeia (2020), afirma que o caráter englobante da categoria agronegócio não é uma recente criação brasileira: o conceito de *agribusiness* já nasceu como conjunto totalizador nos Estados Unidos (EUA) dos anos 1950 como uma nova roupagem para o sistema latifundiário de *plantation* (FERNANDES, 2013). Com o advento da revolução verde, o desenvolvimento do agronegócio vai se apresentar como novo reflexo da relação capitalista no campo, simulando o conjunto de agentes do agronegócio com o perímetro de funções abrangido no conceito de *agribusiness* (DAVIS, 1955) os pesquisadores John Herbert Davis e Ray Allan Goldberg criaram o termo pensando em abranger e mensurar “todo o sistema de alimentos” sob o simulacro do aumento da produção para geração de empregos e combate a fome, o qual ainda faz uso de tecnologias políticas operadas para superestimar a representatividade efetiva do agronegócio e ampliar a eficácia dos seus pleitos. (POMPEIA, 2020).

Ainda de acordo com Pompeia (2020), a representação de tudo que é incluído na noção de agronegócio projeta indistinção entre as dimensões conceitual (totalizadora) e política (menos abrangente) para simular uma representatividade ampliada aos olhos da opinião pública e do Estado que gera consequências para os direitos dos camponeses, povos indígenas e populações tradicionais.

Para Fernandes (2013), o processo de organização do agronegócio, na produção para exportação utiliza a grande propriedade de terras como referência, o que impulsionou a formação de latifúndios que poderiam ser ocupadas por pequenas propriedades produtivas, mas foram apropriadas por empresários rurais, empresas e latifundiários.

Delgado (2012) ao analisar o processo de transição da modernização da agricultura para o agronegócio identifica uma tríplice aliança: Estado, academia e mídia, responsável pela sedimentação do agronegócio como a principal matriz material de extensão e desenvolvimento rural no Brasil.

São desdobramentos do simulacro, ideia de núcleos do agronegócio com super-representação, um hiper-real que se projeta sobre a efetiva abrangência política dos agentes do agronegócio, os quais fazem uso de estatísticas macroeconômicas relacionadas ao PIB, aos empregos e a balança comercial para justificar os pleitos e a agenda do agronegócio e minimizar as lutas camponesas (POMPEIA, 2020).

Segundo Fernandes (2013), a estratégia midiática do agronegócio é apresentar todos os dados da produção agropecuária como se tivesse produzido para manter sua hegemonia:

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.



Da escravidão à colheiteira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta (FERNANDES, 2013, p. 140).

Paulino (20007) também consideram que “[...] o agronegócio é a versão nova do latifúndio de sempre, aquele que, historicamente, semeia a degradação ambiental e a exclusão social” (PAULINO, 2007, p.345). Tais aspectos são indissociáveis ao processo de reprodução e ampliação do sistema capitalista.

Nesses territórios, a luta camponesa pela posse e propriedade da terra, por mais que se apresente também como contraditória, não pode ser considerada como motivação de um passado, numa mobilização arcaica, em prol de um espaço rural atrasado (MARTINS, 1995). A luta camponesa se configura como estratégia de reprodução social e símbolo da resistência camponesa.

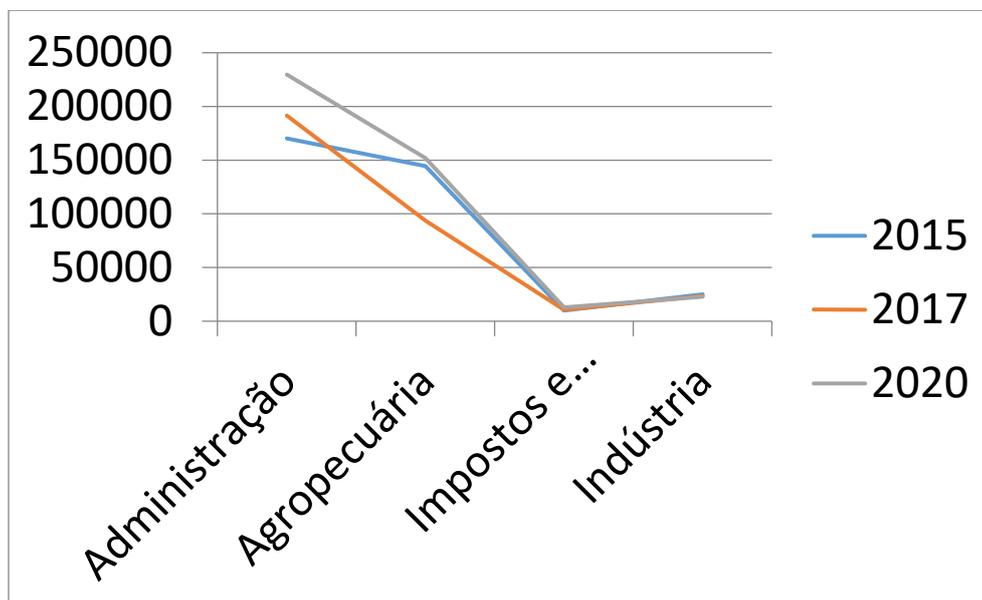
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das informações econômicas do município evidencia que a base de sua economia é a agricultura. De acordo com as informações censitárias (IBGE, 2020) a população de Itapicuru/BA é predominantemente totalizando 25.586 habitantes, enquanto isso a população urbana conta com 6.675 habitantes. Este município cultiva tradicionalmente (IBGE, 2020) mandioca (7.200 ha), feijão (1000 ha), banana (20 ha) castanha do caju (1300 ha), laranja (4000 ha) e maracujá (500 ha), além do desenvolvimento da pecuária extensiva (25094 cabeças bovinas).

A configuração do PIB dos municípios se dá pela administração pública, agropecuária, arrecadação de impostos e produção industrial (2015 – 349.735, 2017 – 319.204, 2020 – 417.267). Assim como a maioria das pequenas cidades do Brasil, a base de sua economia provém da dependência do setor público em primeiro plano, seguido do espaço rural que passa por transformações a nível de mecanização e cada vez mais produz menos postos de trabalho, restando poucas opções de ocupação para a população que ainda reproduz o ciclo de migrações, sobretudo nos mais jovens entre 18 e 29 anos que saem de seus espaços de origem com destino ao sudeste.

A produção industrial tem crescido em Itapicuru e se especializa no distrito de Lagoa Redonda, que conta com mais de cinquenta fábricas de tecidos e materiais têxteis destinados à feira da coruja, localizada no município vizinho Tobias Barreto no Estado de Sergipe, os dois distritos (Lago Redonda e Sambaíba) já são maiores que a sede municipal, em virtude dessa influência econômica vinculada às proximidades fronteiriças e a variabilidades de impostos estaduais, fizeram os distritos crescerem em forma de estrutura urbana sem nenhum planejamento ou assistência impactando na organização do espaço e na qualidade de vida

Figura 01 – Produto Interno Bruto do Município de Itapicuru, 2015-2020.



Fonte: IBGE, 2020.

No entanto, nos últimos anos, a descoberta do potencial hídrico do manancial subterrâneo da Bacia do Tucano, área que contempla quatorze municípios do semiárido baiano, microrregião de Ribeira do Pombal, e onde está inserido o município de Itapicuru, somadas as condições climáticas, disponibilidade de terras e incentivos públicos, observa-se um crescimento da produção de milho transgênico (20.000 ha) e o surgimento de cultivos que não são tradicionais na área como a soja (50 ha), o melão (120 ha) e a melancia (132 ha).

O crescimento do cultivo de milho no município, reflete a expansão do modelo produtivo desenvolvido em municípios circunvizinhos nos estados de Sergipe e Bahia. Além disso, é fruto da própria atuação do Estado no desenvolvimento de políticas públicas que facilitam a implementação desse tipo de cultivo, que tem como consequência a redução dos cultivos alimentares (MENEZES et al, 2019) e a degradação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Apesar do desenvolvimento de atividades em larga escala se territorializar na região e evidenciar uma reorganização produtiva dos territórios, de ambientes de cultivos alimentares para espaços de produção de commodities de acordo com a lógica hegemônica, outros sistemas alimentares coexistem e múltiplos territórios que se materializam em sistemas alimentares sustentáveis, agroecológicos e identitários de maneira resiliente.

Considerando que a agricultura é uma atividade causadora de impactos ambientais, decorrentes da substituição de uma vegetação naturalmente adaptada por outra que exige a

contenção do processo de sucessão natural, visando ganhos econômicos, o desafio consiste em buscar sistemas alimentares sustentáveis de base ecológica.

A agroecologia atua na contramão desses interesses hegemônicos, recriando espaços de interação e identidade com a terra, o cultivo e os alimentos de modo sistêmico, um processo ecologicamente sustentável que ressignifica a relação entre homem e natureza.

Cruz e Menasche (2011) afirmam que as tendências no sentido da valorização do rural e do natural, dos produtos da terra e da agroecologia, aparentemente associadas a um amplo processo que envolve não só a valorização de sistemas produtivos locais como também a aproximação entre produtores e consumidores. Tais discussões estão em consonância com os argumentos de Goodman (2003), que considera que o atual momento histórico indica deslocamento da padronização e da lógica da produção de mercadorias em massa em direção à qualidade alicerçada em confiança, tradição, com base no local, em produtos ecológicos e novas formas de organização econômica, que constituem uma pluralidade de lógicas mercantis.

Para Altieri (1998) os desafio contra-hegemônicos carecem de olhar multidimensional considerando as dissimilaridades dos desafios ambiental, econômico, social, territorial e tecnológico, que são tanto maiores e mais complexos quanto maior for o número de limitações impostas pela natureza. Para superá-los, é necessário um profundo conhecimento sobre o meio, tanto em seus aspectos físicos e biológicos quanto em seus aspectos humanos.

Ainda de acordo com Altieri (1998) é necessária uma nova (agri)cultura que concilie processos biológicos (base do crescimento de plantas e animais) e processos geoquímicos e físicos (base do funcionamento de solos que sustentam a produção agrícola) com os processos produtivos, os quais envolvem componentes sociais, políticos, econômicos e culturais, uma vez que as estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais.

Essas “novas” ou, pode-se dizer, tradicionais formas de relacionamento com a terra, remetem a essência da agricultura familiar camponesa, que por muito tempo foi invisibilizada e atrelada aos estereótipos de atraso no campo. Nos municípios de Itapicuru e Ribeira do Amparo esses contrastes são indetificados em muitas comunidades tradicionais que cultivam alimentos em pequenas propriedades policultoras (Figura 09), ancoradas na agrobiodiversidade de base agroecológica, que carecem de melhor valorização. Há localidades como os povoados Catu Grande, Catuzinho, e diversos assentamentos de reforma

agrária no município de Itapicuru, que mesmo não dispondo de acesso a posse da terra, cultiva hortaliças, beneficia a castanha de caju, tubérculos e desenvolve a criação de animais que além de servirem para autoconsumo são base de comercialização das feiras dos municípios de Itapicuru, Olindina e Nova Soure na Bahia e Tobias Barreto em Sergipe.

Figura 09 – Quintal Produtivo no Povoado Catu Grande, Itapicuru, 2023



Fonte: SOUZA, 2023.

Territórios agroecológicos em meio aos desertos verdes que configuram um “microcosmos produtivo” (ALMEIDA, 2018), onde esses sujeitos desenvolvem cultivos alimentares de beira de estrada às margens da rodovia e nos próprios espaços circunscritos das casas em quintais produtivos. De acordo com Almeida (2016) os quintais são “um espaço singular do entorno das moradias no qual se produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização ali desenvolvidas.” Nanoterritórios, conforme afirma Souza (2015), onde as mulheres aproveitam os diminutos espaços para geração de renda e conservação da agrobiodiversidade.

Para Santilli (2009) é a diversidade de plantas cultivadas e animais domésticos, e a sua capacidade de se adaptar a condições ambientais adversas e a necessidades humanas específicas, que assegura aos agricultores a possibilidade de sobrevivência em muitas áreas sujeitas a estresses ambientais. Essa é uma característica do município de Itapicuru que naturalmente encontra-se inserido numa área suscetível ao processo de desertificação em razão das condições morfoclimáticas e agrícolas em expansão, confirmando assim, não apenas a importância da reprodução camponesa, mas necessidade dessa resiliência para a vida e a segurança alimentar e nutricional da comunidade.

Nos espaços dos quintais de tamanhos variados, às margens da rodovia BR 349, ou pequenas propriedades policultoras, os agricultores familiares camponeses de Itapicuru cultivam alimentos que abastecem o mercado municipal e regional a partir de uma diversidade visual, onde estabelece-se uma relação íntima com o meio ambiente, os saberes são transmitidos por diferentes gerações, expressam vivências e ressignificam identidades por meio de sistemas agroecológicos.

Conforme aponta Altieri (1998) só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa para superação contra-hegemônica a partir do tempo da terra. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

O que se observa nos quintais e nas pequenas propriedades é fruto das relações de sociabilidade e cultivo da agrobiodiversidade agroecológica que alimentam e geram renda para as famílias em várias comunidades. Essa estratégia de re-existência não só aponta caminhos de superação e resistência ao modelo dominante, como constitui a resiliência da agricultura e do saber fazer camponês que atuam em caráter heterogêneo e cultivam a diversidade, propondo um modo de vida distante da padronização, preocupado com a sustentabilidade e promotor de uma alimentação adequada, segura e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão de novos cultivos no espaço rural do município de Itapicuru está associada a um fenômeno global de avanço do agro(hidro)negócio monocultor, o qual disfarça-se sob o discurso do desenvolvimento e da geração de empregos para explorar a terra e utilizar a água sob a lógica predatória da mercadoria que gera lucro. Como consequência disso, os dados mostram uma redução em cultivos alimentares como amendoim, mandioca, feijão, castanha de caju e laranja, impactando diretamente na produção alimentar em detrimento da expansão das *commodities*, o que não apenas contribui para a degradação da natureza e a desertificação, como gera perda de autonomia e insegurança alimentar e nutricional.

O que se observa nos quintais e nas pequenas propriedades é fruto das relações de sociabilidade e cultivo da agrobiodiversidade que alimentam e geram renda para as famílias em várias comunidades. Essa estratégia de re-existência não só aponta caminhos de superação e resistência ao modelo dominante, como constitui a resiliência da agricultura e do saber fazer

camponês que atuam em caráter heterogêneo e cultivam a diversidade, propondo um modo de vida distante da padronização, preocupado com a sustentabilidade e promotor de uma alimentação adequada a preços justos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Comunidades Tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Confins** [online], n. 29, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11392>

ALMEIDA, Maria Geralda de. Quintais rurais e a visibilidade do trabalho e saberes das mulheres quilombolas e assentadas – Goiás. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural: um modo de ver**. Goiânia: Ed. UFG, 2018. P. 343-470.

ALTIERI, M. A. Agroecologia - a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. 110 p

CASTRO. Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 2002.

CRUZ. Fabiana Thomé da. MENASCHE Renata. Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. **Revista IDEAS**, v. 5, n. 1, p. 91-114, 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DAVIS, J. H. *Business responsibility and the market for farm products*. Boston Conference on Distribution, 17 Oct. 1955, box 1, folder 2. John H. Davis Papers, Special Collections, National Agricultural Library, Beltsville, Maryland.

FERNANDES, B. M. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. **Memorial**. Presidente Prudente: v.1-2, 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Rome: FAO, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Rome: FAO, 2020.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003. Disponível em: <<https://www.infona.pl/resource/bwmeta1.element.elsevier-4be8fb2b-21b3-3eee-8fe7-078387ee0143>>.

Harvey, D., **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo/Martins Fontes, 294 p., 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11> Acesso em: Maio de 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. 2020. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=CA&z=t&o=3> Acesso em: Maio de 2022.

LOCATEL, C. D.; HESPANHOL, A. N. **Mudança de Paradigma e a Nova Concepção de Desenvolvimento Rural**. In: II Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócioespaciais”. 20 a 22 de junho de 2006. Uberlândia-MG, UFU\IG\LAGEA.

MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. 2021, v. 59, n. 4. Available from: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238782>

MARTINS, J. de S. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. O capital, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do espaço agrário brasileiro: O agrohidronegócio e as (re)existências dos povos Cerradeiros. **Terra Livre**, São Paulo, a. 26, v. 1, n. 34, p. 189-202, jan./jun. 2010.

MENEZES, Sônia de S. M. Comida de ontem, comida de hoje. o que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia** –, Ano 13, v. 1, n. 2, p.31-58, jul/dez. 2013. URL: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/8106>

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. A produção nos espaços circunscritos da casa e a comercialização nos circuitos curtos. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. DEUS, José Antônio Souza de (Org.) **Novos Usos do Espaço Rural e Suas Resiliências: Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe**. 1. Ed. Aracaju: Criação Editora, 2020.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. SILVA, Paulo Adriano Santos. SILVA, Heberly Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia de alimentar em Sergipe. **Confins** [online], 40/2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt>

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 4 ed, São Paulo: Editora Ática - USP, 1995.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007.

OLIVEIRA, Débora Paula de Andrade. MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Terra Para Negócio Ou Morada De Vida? Sobre(Viver) Na Fronteira Do Agrohidronegócio Em Mucugê – Chapada Diamantina, Bahia. **Sociedade e Território**. v. 34, n. 3, p. 199–219, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/31508>.

PAULINO, E. T. A geografia agrária e a questão agrária In: **Geografia Agrária: teoria e poder**. FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p.

POMPEIA, C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020



PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político? Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **REDES** (Santa Cruz Do Sul. Online), v. 25, p. 12-33, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PROCÓPIO, Sérgio de Oliveira. et. al. **Sealba**: região de alto potencial agrícola no Nordeste brasileiro. Documento 221. Aracaju: Embrapa – Tabuleiros Costeiros (Documentos ISSN 1678-1953; 000) 62 p.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II- VIGISAN-2022.pdf>

RIBEIRO JUNIOR, J. R. A fome como processo e a reprodução social capitalista. São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 105, jan.-jul. 2021

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SILVA, E. A. C. da. Quando a terra urbana avança como mercadoria, aprofunda-se a segregação socioespacial. **Confins**, 55. 2022. 19 jun. 2022, Acessado em 27 de novembro de 2023. URL : <http://journals.openedition.org/confins/45985> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.45985>

STEDILE, J. P. Questão Agrária. In: CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 639-644.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Pegada**. v. 9, n. 1 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1637>.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.